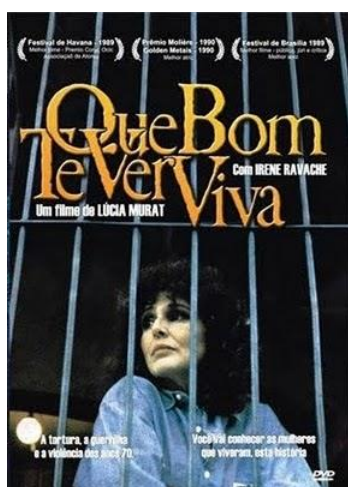


Que bom te ver viva: testemunho, memória e reparação

Nice Rejane da Silva Oliveira¹
Universidade Federal do Tocantins

Recebido em 22 de outubro de 2018.

Aprovado em 14 de novembro de 2018.



Filme: Que Bom Te Ver Viva
Direção: Lúcia Maria Murat Vasconcelos
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento: 1989
Duração: 100 min
País: Brasil

O direito à memória, à verdade e à justiça são passos importantes que um país deve dar para esclarecer os abusos e investigar as violações cometidas por um Estado Ditador, assim como revelar a verdade factual e responsabilizar os perpetradores são atitudes que se espera desse mesmo país. Os acontecimentos do período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) ainda estão vivos e próximos, mas não suficientemente claros. As informações oficiais sobre esse período possuem várias lacunas, pois muitas vítimas e desaparecidos políticos ainda aguardam que suas histórias sejam esclarecidas e lembradas.

É importante salientar que o cinema brasileiro tem se ocupado dessa temática nos últimos 30 anos, e vem realizando filmes sobre esse período, desempenhando um papel significativo na construção de uma análise crítica da ditadura civil-militar. *Que bom te ver viva*, da diretora Lúcia Murat², foi um dos primeiros filmes realizados no Brasil pós-

¹ Mestranda em Ensino de História pelo PPGHIS – UFT

² Nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1948. Foi vice-presidente Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da UFRJ, e em 1968 foi presa no congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibiúna. Ao sair passou a integrar a Frente Operária da organização denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Na organização desempenhava vários papéis entre os quais o de panfletagem em fábricas com apoio armado, expropriações de carro e levantamento de informações para efetivação das ações do grupo. Casada à época com Cláudio Torres, guerrilheiro que, entre outras ações,

abertura política, o documentário transporta para a tela de cinema a luta armada, a tortura e os assassinatos através de depoimentos de ex-presas políticas sobreviventes. De um modo muito particular, sensível e honesto, o filme *Que bom te ver viva* nos propõe um mergulho nas narrativas de oito mulheres que foram militantes políticas durante esse momento triste da história do Brasil. Colocando em evidência seus relatos, que trazem consigo a força, a dor, o horror e as sequelas das experiências vivenciadas por essas mulheres, já que são memórias que continuam latentes e presentes sobre os anos em que estiveram presas e foram torturadas.

Dessa maneira, *Que bom te ver viva* lança um olhar sobre os traumas físicos, psicológicos e sociais que são enfrentados por essas mulheres sobreviventes do processo de tortura. O filme procura compreender como as depoentes vivem, passados cerca de vinte anos de suas respectivas prisões, qual é a leitura que elas têm de todo o processo, como é a vida pós-prisão política, pós tortura e pós abertura política. De que maneira elas têm se integrado à vida cotidiana, e como têm conseguido se reinserir na sociedade brasileira. De que forma lidam com os traumas e reorganizam suas vidas e ainda como conseguem seguir vivendo após terem sido torturadas, como estão se refazendo, juntando os pedaços de si mesmas, tanto devido a sua história quanto devido ao fato de estar o Brasil reinventando sua identidade.

O documentário estabelece uma aproximação a essas questões trilhando três caminhos, uma vez que constrói três dimensões narrativas. Uma narrativa documental com os testemunhos das ex-presas, ao narrar suas histórias. Uma outra, ficcional, de uma personagem anônima, interpretada pela atriz Irene Ravache, que através de um monólogo extravasa suas frustrações, medos e expectativas, sendo uma espécie de álter ego da diretora do filme, Lúcia Murat, ela mesma vítima de torturas. E ainda, uma dimensão narrativa que busca alcançar a visão das pessoas que cercam essas mulheres, para mostrar como o mundo, e mesmo as pessoas mais próximas e íntimas, tem dificuldade em tratar desse tema. A dimensão do desconforto das pessoas em ouvir como se sentem aqueles que sobreviveram à tortura é explorada pelo filme, quase que como um grande desabafo, ao expressar que este tema não foi e nunca será esgotado, pois é revivido constantemente nas mulheres que sobreviveram.

participou do sequestro do embaixador americano, em setembro de 1969, após o sequestro, ela entrou para clandestinidade. Foi presa em 31 de março de 1971. Durante a prisão no DOI-CODI, onde permaneceu durante dois meses e meio, Lúcia foi torturada, a diretora ficou 14 horas seguidas no pau-de-arara, o que fez com que ela quase perdesse a perna direita, na qual ainda tem problemas, além de ter adquirido complicações com os dentes.

Assim sendo, evidencia-se o conflito entre a importância da visibilidade dessa memória, para que não se esqueça o que aconteceu, e dos imensos traumas e sequelas que essa lembrança constante provoca, trazendo à tona os abusos sexuais sofridos por essas militantes políticas presas e torturadas durante a ditadura civil-militar no Brasil, visto que, para essas mulheres, seus corpos e suas mentes estarão marcadamente afetados até o fim de suas vidas.

Destarte, ao tratar sobre essas experiências, assegura que são vivenciadas numa perspectiva de espaço, pois se recobrem de camadas e estratos de um tempo passado, como aponta Koselleck (2006) a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento. Dessa maneira, os relatos dessas mulheres têm em suas subjetividades a categoria *espaço de experiência* como um campo de entrelaçamento entre passado e presente, pois a *experiência* se vincula ao passado que se materializa no presente, através da memória. Por essa perspectiva, a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois.

Que bom te ver viva não mostra, em nenhum momento, cenas de torturas, todo o processo é relembado pelos depoimentos das sobreviventes de tal maneira, que o filme nos leva a acompanhar minuciosamente cada palavra dita, cada pausa, cada silêncio, cada suspiro e choro dessas personagens. A opção por um primeiro plano, com gravação em vídeo, das entrevistas das ex-presas provoca um efeito de realidade, que por vezes, busca a sensação de sufocamento do espectador. O recurso narrativo usado apresenta cada uma das personagens numa espécie de fichário pessoal, com informações biográficas das oito mulheres. Essas fichas apresentam também, por outro lado, a preocupação da diretora em humanizar essas pessoas, pois a memória apresentada na tela é viva, dinâmica e, particularmente, diz respeito a seres humanos concretos.

A dramaturgia construída na narrativa ficcional procura estabelecer um rompimento de uma visão de pena sobre as mulheres torturadas. A personagem de Irene Ravache, com a liberdade que a encenação permite, diz coisas “indizíveis”, fala sobre a sexualidade, desejos e frustrações de uma mulher. Construindo uma relação mais complexa entre o espectador e as personagens do documentário.

A película como produto do seu presente de produção é um documento histórico interessante na medida em que carrega em sua essência a perspectiva de redemocratização

que permeia toda a década de 1980. A noção de tempo, antes de mais nada, é uma abstração, que como qualquer outro conceito, é um ato do pensamento, uma generalização, um constructo humano; que demanda um processo de constituição, que muda de sentido de acordo com o contexto de uso, conforme as vivências e experiências efetivas de cada pessoa; conceito este que também sofreu e sofre modificações ao longo da história da experiência humana.

Cabe lembrar que há 30 anos era promulgada no Brasil a constituição de 1988, a constituição nomeada de cidadã foi resultado de imenso debate e dos anseios democráticos de uma sociedade em busca da sua liberdade e justiça social. Foi nesse contexto de retomada da democracia que se inseriu a feitura e lançamento do filme *Que bom te ver viva*.

Mais do que nunca, num processo de garantia de constância da democracia, filmes como esse são muito necessários para que se conheça, discuta e avalie o que ocorreu no período de intenso autoritarismo no Brasil.